

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização do reequilíbrio financeiro

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 a Companhia reconhece o pleito de recomposição patrimonial da alíquota de ISSQN “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza” sobre as remunerações das contraprestações mensais e aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba.

Devido a relevância, subjetividade do assunto e o potencial impacto desses assuntos nas demonstrações contábeis da Companhia, consideramos esse assunto significativo para auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do ambiente de controle interno no que tange ao processo de atualização do Reequilíbrio adotado pela Companhia; (b) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos apresentados pela Companhia; (c) teste documental, em base amostral, sobre a base de contraprestações mensais e aportes realizados pelo poder concedente; (d) recálculo da atualização monetária de multa e juros; (e) Confronto das informações da memória de cálculo com o contrato de concessão e legal opinião dos advogados da Companhia; (f) teste documental sobre os recebimentos ocorridos e (g) avaliação da divulgação das informações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, determinamos que as estimativas utilizadas para reconhecimento da receita estão adequadas, assim como as suas respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2024.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.514	8.420	Fornecedores	-	4.484	2.975
Ativo financeiro de concessão	6	49.405	46.090	Empréstimos e financiamentos	9	7.007	5.400
Contas a receber	7	6.136	5.682	Arrendamento mercantil	-	383	306
Impostos e contribuições a compensar	-	1.140	2.583	Obrigações e encargos trabalhistas	10	2.717	2.162
Adiantamento a fornecedor	-	729	-	Obrigações tributárias	11	2.903	3.957
Outras contas a receber	-	359	718	Partes relacionadas	12	12	12
		<u>63.283</u>	<u>63.493</u>			<u>17.506</u>	<u>14.812</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	9	76.007	81.485
Contas a receber	7	31.177	25.787	Arrendamento mercantil	-	381	694
Impostos diferidos	13.1	7.743	5.960	Impostos diferidos	13.2	77.785	71.181
Ativo financeiro de concessão	6	166.003	163.190	Provisões	14	22.798	17.553
		<u>204.923</u>	<u>194.937</u>	Receita diferida	15	2.406	2.618
						<u>179.376</u>	<u>173.531</u>
						<u>196.882</u>	<u>188.344</u>
Ativo Imobilizado	-	17	21	Patrimônio líquido			
Ativo intangível	8	1.442	1.815	Capital social	16.1	30.457	30.457
		<u>206.382</u>	<u>196.773</u>	Reserva de lucros	-	42.327	41.466
						<u>72.783</u>	<u>71.923</u>
Total do ativo		<u><u>269.665</u></u>	<u><u>260.266</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>269.665</u></u>	<u><u>260.266</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas líquidas	-	71.795	61.000
Custos dos serviços prestados	18	(56.285)	(37.612)
Lucro bruto	17	15.511	23.388
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(8.574)	(7.690)
Outras despesas/receitas operacionais	-	(1.522)	(862)
Lucro antes do resultado financeiro		5.415	14.836
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	61.862	52.620
Despesas financeiras	21	(13.172)	(14.618)
		48.690	38.002
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		54.105	52.838
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	13.3	(12.747)	(8.442)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	13.3	(4.129)	(8.323)
Lucro líquido do exercício		37.230	36.073

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>37.230</u>	<u>36.073</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>37.230</u></u>	<u><u>36.073</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros do período	Total do patrimônio líquido
		Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		30.457	5.469	27.731	-	63.658
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.073	36.073
Constituição da reserva legal	-	-	1.803	-	(1.803)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	34.270	(34.270)	-
Dividendos pagos	16.3	-	-	(24.056)	-	(24.056)
Juros sobre capital próprio pagos	16.3	-	-	(3.944)	-	(3.944)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2021	16.3	-	-	193	-	193
Saldos em 31 de dezembro de 2022		30.457	7.272	34.194	-	71.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.230	37.230
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	37.230	(37.230)	-
Distribuição de lucros	16.3	-	-	(32.523)	-	(32.523)
Antecipação de Dividendos 2023	16.3	-	-	(993)	-	(993)
Pagamento de juros sobre capital próprio	16.3	-	-	(2.853)	-	(2.853)
Reversão da Reserva Legal	-	-	(1.182)	1.182	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.457	6.090	36.237	-	72.784

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	54.105	52.838
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Variações monetárias sobre ativo financeiro de concessão	(50.966)	(49.889)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	10.267	11.897
Provisões	5.269	5.281
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	691	795
Receitas diferidas	(212)	(207)
Depreciações e amortizações	539	315
	<u>19.693</u>	<u>21.030</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	44.840	41.613
Contas a receber de clientes	(454)	(630)
Reequilíbrio financeiro	(5.390)	(5.897)
Impostos e contribuições a compensar	1.442	312
Adiantamentos a fornecedores	-	(171)
Outras contas a receber	(371)	1
Fornecedores	1.507	(14.599)
Conta corrente com partes relacionadas	(24)	-
Obrigações e encargos trabalhistas	555	825
Obrigações tributárias	(1.054)	2.812
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.747)	(8.442)
Arrendamento mercantil CPC 06	(236)	(312)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>47.762</u>	<u>36.542</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	-	4.974
Aquisições intangível	(163)	(728)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(163)</u>	<u>4.246</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Empréstimos e financiamentos		
Amortizações de financiamentos	(5.742)	(5.047)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(10.389)	(12.293)
Custo na captação de recursos de terceiros	320	259
Captação de arrendamento mercantil	1.974	183
Pagamento de arrendamentos	(274)	(65)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	(27)	(15)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>(14.137)</u>	<u>(16.978)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Pagamento de dividendos	(33.515)	(24.056)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(2.853)	(3.944)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento com acionistas	<u>(36.368)</u>	<u>(28.000)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.906)</u>	<u>(4.191)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.420	12.611
No fim do período	5.514	8.420
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.906)</u>	<u>(4.191)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços não assistenciais previstos no contrato de concessão "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O complexo hospitalar de Sorocaba foi concluído em março de 2018 onde a Companhia iniciou as operações de serviços Bata Cinza. O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração, apresentação e políticas contábeis materiais e outras informações

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 04 de março de 2024.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Práticas contábeis materiais e outras informações adotadas

3.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

3.2. Ativo financeiro de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. Os gastos com a infraestrutura não são registrados no ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle de uso da infraestrutura de serviços públicos. É previsto apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente.

3.3. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" e pelos valores de reequilíbrio financeiro (vide Nota Explicativa nº 7) junto a Secretaria do Estado de Saúde.

As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo Poder Concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo Poder Concedente.

A recomposição do equilíbrio contratual está assegurada no contrato de concessão. Atendendo às regras do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o reequilíbrio financeiro é reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia quando a entrada dos benefícios econômicos é praticamente certa.

3.4. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São registrados na conta de provisão de manutenção os gastos necessários para recuperar a infraestrutura a um nível específico de operacionalidade antes de devolvê-la ao Poder Concedente. A contabilização é realizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão e atualizados com base no IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão demonstrados na nota 16.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.8. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.9. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17/CPC 11 emitido pelo IASB em 2017 substitui o IFRS 4 para o período de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 Introduce uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguros. Antes do CPC11/IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo relacionada com a contabilização e divulgação de contratos de seguro.

Dado que o CPC11/IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade a sua adoção pode ter efeitos sobre não seguradoras. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

- i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.12. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações Contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

A exposição da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros de mercado refere-se principalmente às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez eficaz para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	258	465
Títulos e valores mobiliários		
Banco Bradesco S.A.	4.300	7.114
Banco Santander S/A.	956	841
	<u>5.514</u>	<u>8.420</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 100,5% a 103% do CDI (95% a 103% em 2022) do CDI.

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito contratual de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2023	Movimentações	31/12/2022
Ativo financeiro	372.990	-	372.990
Atualização ativo financeiro	256.172	50.966	205.205
Recebimentos de aportes	(192.489)	-	(192.489)
Recebimentos contraprestações fixas	(221.265)	(44.840)	(176.426)
	<u>215.408</u>	<u>6.126</u>	<u>209.280</u>
		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		49.405	46.090
Não circulante		166.003	163.190

O valor devido pelo Poder Concedente é mensurado ao custo amortizado e os juros calculados com base no método da taxa efetiva de juros (TIR 1,60% 2023 e TIR 1,56% 2022), são reconhecidos no resultado.

7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Parcela variável	5.944	5.545
Reequilíbrio financeiro	31.177	25.787
Receitas acessórias	222	158
Direito de exploração	(29)	(20)
	<u>37.313</u>	<u>31.469</u>
Circulante	6.136	5.682
Não circulante	31.177	25.787

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Abaixo, segue movimentação dos valores de reequilíbrio financeiro:

	31/12/2022	Reequilíbrio	Atual. Financeira	Recebimentos	31/12/2023
Atraso no pagamento de aportes e contraprestações (a)	6.995	-	534	(7.529)	-
Diferencial de alíquotas ISS (b)	18.792	3.449	8.200	(2.983)	27.458
Diferença reajuste anual (c)	-	2.693	-	(2.693)	-
Triênio (d)	-	4.337	-	(618)	3.719
	<u>25.787</u>	<u>10.479</u>	<u>8.734</u>	<u>(13.823)</u>	<u>31.177</u>

- a) Em agosto de 2023 foi recebido o montante de R\$ 7.529 referente o pleito de recomposição patrimonial nos recebimentos de aportes e contraprestações mensais. Decorrido o prazo de 5 dias, o valor devido é acrescido de juros de mora correspondente à variação *pro rata temporis* da Selic;
- b) Para a formação da proposta comercial, o Edital previu que os licitantes deveriam considerar a incidência sobre a remuneração (aportes e contraprestações) uma alíquota de 2% (dois por cento) a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No entanto, a alíquota prevista no município de Sorocaba é de 5% e a Companhia vem arcando com o encargo tributário superior àquele previsto em sua proposta contratada. Em agosto de 2023, foi recebido o montante de R\$ 2.983 referente a diferença de alíquota de ISSQN sobre a remuneração dos aportes. O saldo de R\$ 27.458 refere-se ao pleito de recomposição patrimonial da alíquota de ISSQN sobre as remunerações das contraprestações mensais;
- c) O pleito de recomposição patrimonial refere-se ao equívoco no reajuste do pagamento das contraprestações mensais. Foi considerado como data base o mês de março, sendo o reajuste previsto em contrato a data base fevereiro. Com isso, houve o recebimento a menor, pela Companhia. Em dezembro de 2023 foi recebido o montante de R\$ 2.693;
- d) Em maio de 2023, a procuradoria Geral do Estado de São Paulo emitiu parecer favorável no qual reconheceu a aplicabilidade e exigibilidade trienal do Reajuste Complementar da Parcela Variável do Complexo Hospitalar de Sorocaba. O reajuste leva em consideração a variação de custos de mão-de-obra comparados aos índices da inflação. O valor encontra-se em análise com estimativa de recebimento no primeiro semestre de 2024.

8. Intangível

Intangível	Custo	Atulização		31/12/2023	31/12/2022
		contrato	Amortização	Líquido	Líquido
Direito de uso do ativo	1.926	-	(1.232)	694	889
Softwares	773	-	(142)	632	763
Computadores	183	-	(67)	116	163
	<u>2.882</u>	<u>-</u>	<u>(1.441)</u>	<u>1.442</u>	<u>1.815</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Taxas contratuais	Vencimento final	31/12/2023			31/12/2022
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos						
BNDES - Ponte A (a)	IPCA + 3,17% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	365	6.116	6.481	6.804
BNDES - Ponte B (a)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	1.345	22.395	23.740	24.932
BNDES - Capital de giro (b)	IPCA + 3,03% a.a. + Spread 2.94% a.a.	Agosto de 2034	1.721	28.638	30.359	31.882
(-) Custos na captação de recursos			(112)	(767)	(879)	(992)
			3.319	56.382	59.701	62.626
Debêntures						
1ª emissão de debêntures (c)	CDI + 3,60% a.a.	Setembro de 2029	3.131	18.932	22.063	24.917
(-) Custos na captação de recursos			(194)	(522)	(716)	(924)
			2.937	18.410	21.347	23.993
Arrendamento Mercantil						
Daycoval leasing - Banco Múltiplo S.A (d)	Leasing financeiro 2.89% a.m.		803	1.250	2.053	287
(-) Ajuste a valoare presente			(52)	(34)	(85)	(19)
			751	1.216	1.968	267
			7.006	76.007	83.014	86.885

- a) Em 31 de agosto de 2021 através do 11º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de R\$ 33.102 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.
- b) Em 31 de agosto de 2021 através do 9º contrato aditivo, a Companhia realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de R\$ 33.258 com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato.

Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de Sorocaba.

- c) Em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária a Companhia aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R\$ 27.160 totalizando um montante de 27.160 debêntures com valor Nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Os recursos obtidos serão destinados para pagamento do saldo da dívida junto ao Banco Bradesco e, investimentos na manutenção do hospital de Sorocaba.

- d) Em 28 de abril de 2021 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 166 para a renovação parcial do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.

Em 19 de abril de 2022 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$183 para aquisição de computadores para o escritório administrativo.

Em 05 de julho de 2023 a Companhia realizou contrato de arrendamento mercantil com o Bando Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A no valor de R\$ 1.974 para a renovação do parque tecnológico do Hospital Estadual de Sorocaba.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

Saldos no início do exercício	86.885
Arrendamento mercantil	1.974
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	10.267
Amortização de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(6.016)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(10.416)
Custo na emissão de empréstimos e financiamentos	320
Saldo no final do exercício	83.014

As parcelas do não circulante estão demonstradas a seguir por vencimento:

Empréstimos

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
Ponte A	377	417	464	514	4.344	6.116
Ponte B	1.389	1.538	1.706	1.889	15.873	22.395
Capital de Giro	1.777	1.967	2.181	2.416	20.297	28.638
	3.543	3.923	4.352	4.819	40.514	57.149

Debêntures

	2025	2026	2027	2028	2029 a 2034	Total
Banco Bradesco	3.343	3.698	4.090	4.523	3.278	18.931
	3.343	3.698	4.090	4.523	3.278	18.931

Leasing

	2025	2026	Total
Banco Daycoval	733	517	1.250
	733	517	1.250

Garantias da operação

A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade da Companhia, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP à Companhia.

Além da cessão fiduciária, a Companhia mantém como garantia de pagamento das obrigações dos contratos, conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao Banco Itaú.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Garantias da operação				Saldo
	Contrato	Data de abertura	Data vencimento	
Fiança BNDES	421090142000	19/10/2021	18/08/2025	664
Fiança BNDES	421090142100	19/10/2021	18/08/2025	2.417
Fiança BNDES	421090142200	19/10/2021	18/08/2025	3.091
				<u>6.172</u>

Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

Os covenants e as cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir:

ICP - Índice de Capita Próprio (ICP) igual ou superior a 0,20;

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	72.784	71.923
Ativo Total	269.666	260.266
ICP	<u>0,27</u>	<u>0,28</u>

Após o atingimento do completion físico e financeiro, a Companhia poderá realizar pagamentos aos sócios ou acionistas, a título de dividendos e juros sobre capital próprio, em cada exercício social, observando as seguintes condições:

ICSD igual ou superior a 1,30 - a beneficiária poderá distribuir recursos, independente da anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,30 e superior a 1,20 - a beneficiária poderá distribuir até 25% do resultado, independente de anuência prévia do BNDES;

ICSD inferior a 1,20, fica a beneficiária vedada a distribuição de resultados sem prévia anuência do BNDES.

ICSD - Índice sobre cobertura da dívida igual ou superior a 1,20

	31/12/2023	31/12/2022
Geração Operacional de Caixa	38.047	48.323
Ebitda ajustado	50.793	56.765
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente	(12.747)	(8.442)
Serviço da dívida	16.432	17.370
Pagamento de juros	10.416	12.308
Pagamento de principal	6.016	5.062
ICSD	<u>2,32</u>	<u>2,78</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias e encargos	1.389	967
Ordenados e salários a pagar	634	564
INSS a pagar	387	346
IRRF a pagar	184	190
FTGS a pagar	120	88
Outros	3	7
	<u>2.717</u>	<u>2.162</u>

11. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
Cofins a recolher	760	465
ISS a recolher	487	455
IRPJ a recolher	588	1.897
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	259	140
CSLL a recolher	229	730
INSS retido na fonte	247	117
Pis a recolher	159	96
ISS retido na fonte	121	46
IR retido na fonte	21	11
ICMS a recolher	32	-
	<u>2.903</u>	<u>3.957</u>

12. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A	12	12
Passivo circulante	12	12

Os saldos de contas correntes passivas referem-se ao contrato com a Controladora de compartilhamento de despesas do escritório central.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

A Companhia também possui com a Controladora, contrato de subarrendamento de imóvel. Os valores de subarrendamento estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e nota 11 - Arrendamento mercantil.

13. Impostos diferidos

13.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bases temporárias	17.525	18.577
Movimentação da base do diferido, líquidos	5.245	(1.052)
Base ajustada	22.770	17.525
Imposto de renda diferido	5.693	4.382
Contribuição social diferido	2.050	1.578
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	7.743	5.960

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira.

13.2. Impostos diferidos registrados no Passivo

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de R\$ 77.248 (R\$ 71.181 em 2022), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/Cofins e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	7.304	7.926
Variação monetária do ativo financeiro	31.995	27.810
Reequilíbrio financeiro	6.753	5.969
	<u>46.052</u>	<u>41.705</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	2.630	2.853
Variação monetária do ativo financeiro	11.518	10.012
Reequilíbrio financeiro	2.431	2.149
	<u>16.579</u>	<u>15.014</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.212	1.314
Variação monetária do ativo financeiro	831	723
Reequilíbrio financeiro	410	323
	<u>2.453</u>	<u>2.360</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	5.590	6.065
Variação monetária do ativo financeiro	5.117	4.447
Reequilíbrio financeiro	1.994	1.590
	<u>12.701</u>	<u>12.102</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>77.785</u></u>	<u><u>71.181</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2023			31/12/2022		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	54.105	54.105	54.105	52.838	52.838	52.838
Adições	60.960	60.027	60.960	38.491	38.491	38.491
Realização da margem da construção	2.487	2.487	2.487	2.487	2.487	2.487
Realização da variação monetária	34.229	34.229	34.229	29.447	29.447	29.447
Bases temporárias	5.245	5.245	5.245	5.257	5.257	5.257
Reequilíbrio financeiro	17.345	17.345	17.345	-	-	-
Outras adições	1.654	721	1.654	1.300	1.300	1.300
Exclusões	76.757	76.757	76.757	66.017	66.017	66.017
Variação monetária sobre ativo financeiro de concessão	50.966	50.966	50.966	49.889	49.889	49.889
Juros sobre capital próprio	2.853	2.853	2.853	3.944	3.944	3.944
Reequilíbrio financeiro	20.481	20.481	20.481	5.476	5.476	5.476
Reversão de provisão	-	-	-	6.308	6.308	6.308
Arrendamento mercantil	2.457	2.457	2.457	400	400	400
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	38.308	37.376	38.308	25.312	25.312	25.312
Imposto calculado	(9.553)	(3.364)	(12.917)	(6.305)	(2.277)	(8.582)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	120	-	120	65	-	65
(-) PAT Doações	50	-	50	75	-	75
Impostos correntes registrados no resultado	(9.383)	(3.364)	(12.748)	(6.165)	(2.277)	(8.442)
	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social	31/12/2023	renda	Social	31/12/2022
Ativo financeiro de concessão	622	223	845	623	225	847
Variação monetária do ativo financeiro	(4.184)	(1.507)	(5.691)	(5.110)	(1.840)	(6.951)
Bases temporárias	1.311	472	1.783	(263)	(95)	(359)
Reequilíbrio financeiro	(784)	(282)	(1.066)	(1.369)	(493)	(1.861)
Impostos diferidos registrados no resultado	(3.036)	(1.095)	(4.128)	(6.120)	(2.204)	(8.323)

14. Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para reinvestimento	22.774	17.529
Provisões para contingências	24	24
	22.798	17.553

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação - IPCA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

A movimentação do exercício está assim demonstrada:

	31/12/2022	Provisão Atual. Financeira		Baixas	31/12/2023
Provisão para reinvestimento	17.529	3.405	1.840	-	22.774
Provisões para contingências	24	-	-	-	24
	17.553	3.405	1.840	-	22.798

14.1. Passivo Contingente

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 3 com a avaliação de nossos advogados de perdas possíveis. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

Companhia rescindiu em 2022 o contrato com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e ajuizou processo contestando os valores apurados pelo fornecedor. O posicionamento do escritório jurídico é de perda "possível". Atendendo a regra do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os valores serão demonstrados abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
SPDM Associação Pta para o Desend. Da Medicina	324.899	21.195
	324.898	21.194

15. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período de 17 anos (209 meses) de acordo com o contrato.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita diferida	2.406	2.618
	2.406	2.618

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado.

16.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e a satisfação das Cláusulas restritivas - Covenants previstos no empréstimo com o BNDES e na emissão de debêntures (vide Nota 10), a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2023, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 32.523 do saldo da conta de reserva de lucros (R\$ 24.056 em 2022), R\$ 993 como antecipação de dividendos de 2023 através do levantamento de balanço extraordinário e, pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.853 (R\$ 3.944 em 2022).

17. Lucro bruto

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de concessão	70.532	65.516
Outras receitas	11.142	3.722
Tributos sobre concessão	(8.356)	(7.763)
Tributos sobre outras receitas	(1.427)	(344)
Participação da Secretaria da Saúde sobre Receita	(96)	(130)
Receita operacional líquida (b)	<u>71.795</u>	<u>61.000</u>
(-) Custo da operação	<u>(56.285)</u>	<u>(37.612)</u>
Lucro bruto (a)	<u><u>15.511</u></u>	<u><u>23.388</u></u>
Margem % ((a) / (b))	<u>21,60%</u>	<u>38,34%</u>

O aumento da margem em 2022, deve-se à reversão da constituição de provisão para pagamentos ao fornecedor "SPDM" no valor de R\$ 15.649.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

18. Custos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços contratados	(20.457)	(29.371)
Custo com pessoal	(14.823)	(8.863)
Manutenção predial	(5.835)	(3.548)
Reposição do ativo financeiro	(3.852)	(298)
Serviços de TI	(3.509)	(2.218)
Provisão	(3.432)	(3.521)
Materiais e equipamentos hospitalares	(1.587)	(3.786)
Reversão provisão SPDM	-	15.649
Outros	(2.792)	(1.657)
	<u>(56.285)</u>	<u>(37.612)</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com pessoal	(5.784)	(5.409)
Serviços de terceiros	(1.349)	(767)
Depreciações e amortizações	(539)	(320)
Impostos e taxas	(290)	(270)
Outras receitas/despesas	(612)	(923)
	<u>(8.574)</u>	<u>(7.690)</u>

20. Receitas financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Variações monetárias sobre ativo financeiro	50.966	49.889
Variações monetárias ativas	12.102	2.697
Juros sobre aplicações financeiras	1.670	1.980
Juros sobre mútuo	-	265
Outras receitas financeiras	158	339
Impostos sobre receitas financeiras	(3.034)	(2.550)
	<u>61.862</u>	<u>52.620</u>

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

21. Despesas financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros sobre empréstimos	(10.297)	(11.830)
Variações monetárias sobre reinvestimento	(1.813)	(1.736)
Comissões bancárias	(423)	(87)
Juros de mora	(172)	(60)
Juros sobre arrendamento	(68)	(97)
Outros	(399)	(808)
	<u>(13.172)</u>	<u>(14.618)</u>

22. Informações complementares de Ebitda (não auditado)

Abaixo segue o Ebitda ajustado considerando os pagamentos das contraprestações mensais fixas que representam a remuneração do Ativo Financeiro:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	5.415	14.836
(+)depreciações/amortizações	539	315
Ebitda	<u>5.954</u>	<u>15.151</u>
(+) Parcela fixa - Ativo financeiro	44.840	41.613
Ebitda ajustado	<u>50.793</u>	<u>56.765</u>

23. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

<i>(em milhares de reais)</i>		Montante da
<u>Projeto</u>	<u>Ramo</u>	<u>Cobertura</u>
Hospital de Sorocaba	R.C. de Administradores e Diretores - D&O	30.000
Hospital de Sorocaba	Seguro Garantia: Segurado - Setor Público	17.706
Hospital de Sorocaba	Resp. Civil Geral e de Riscos Ambientais	10.000
Hospital de Sorocaba	Riscos Nomeados	426.820

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, dessa forma, não foram revisadas pelos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.